

# RESERVA LEGAL E A NORMATIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO E RELOCAÇÃO

Núcleo de Controle Processual – NCP URFBio Centro Oeste  
Thaís Penha Ferreira



# RESERVA LEGAL

O conceito de Reserva Legal é trazido pelo art. 24 da Lei 20.922/13:

*“Art. 24 – Considera-se Reserva Legal a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos desta Lei, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade, abrigar a fauna silvestre e proteger a flora nativa.”*

De acordo com a mesma legislação, via de regra, o proprietário ou possuidor do imóvel rural deve manter, com cobertura de vegetação nativa, no mínimo 20% da área total do imóvel a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as APPs.



# IMPORTÂNCIA



Assegura a continuidade  
da biodiversidade local



## Previne a Erosão do Solo

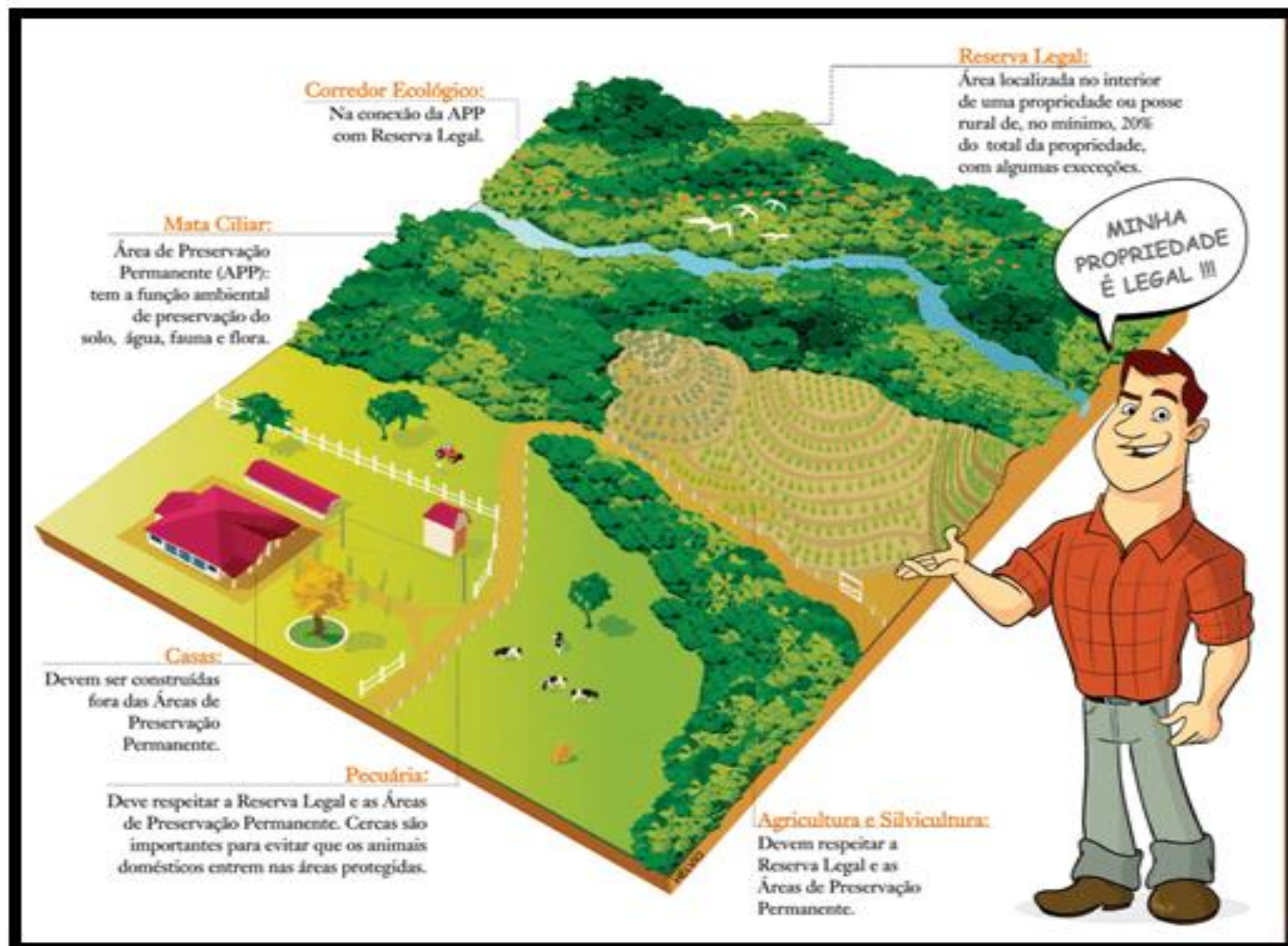


# Ameniza os Desastres Ambientais



## Evita o Empobrecimento do Solo





# COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL

- O Art. 38, III, da Lei 20.922/13 prevê a hipótese de Compensação da Reserva Legal.

***“Art. 38 – O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior a 20% (vinte por cento) da área total do imóvel regularizará sua situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:***

*I – permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;*

*II – recompor a Reserva Legal;*

***III – compensar a Reserva Legal.”***



*“Art. 38 – O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior a 20% (vinte por cento) da área total do imóvel regularizará sua situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:*

*[..]*

*III – compensar a Reserva Legal.*

*[..]*

**§ 5º – A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida da inscrição da propriedade ou posse rural no CAR e será feita, isolada ou conjuntamente, mediante:**

*I – aquisição de CRA;*

*II – arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;*

**III – doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária; (compensação social)**

**IV – cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma.”**

*Art. 38, III, § 5º da Lei 20.922/13*



*“Art. 38 – O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior a 20% (vinte por cento) da área total do imóvel regularizará sua situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:*

*[..]*

*III – compensar a Reserva Legal.*

*[..]*

**§ 6º – A área a ser utilizada para compensação deverá:**

***I – ser equivalente em extensão à área de Reserva Legal a ser compensada;***

***II – estar localizada no mesmo bioma da área de Reserva Legal a ser compensada;***

*III – estar previamente identificada como prioritária pela União ou pelo estado de destino, se a propriedade ou posse rural estiver localizada no Estado de Minas Gerais e o proprietário ou o possuidor rural desejar fazer a compensação em outro Estado;*

*IV – estar previamente identificada como prioritária pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, se a propriedade ou posse rural estiver localizada fora do Estado de Minas Gerais e o proprietário ou o possuidor rural desejar fazer a compensação em território mineiro, mediante autorização do órgão ambiental mineiro.*





*“Art. 38 – O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior a 20% (vinte por cento) da área total do imóvel regularizará sua situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:*

*[..]*

*III – compensar a Reserva Legal.*

*[..]*

**§ 8º – Quando se tratar de imóveis públicos, a compensação de que trata o inciso III do caput poderá ser feita mediante doação, por parte da pessoa jurídica de direito público proprietária de imóvel rural que não detenha Reserva Legal em extensão suficiente, ao órgão público responsável pela Unidade de Conservação, de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público a ser criada ou pendente de regularização fundiária.**  
(compensação social)

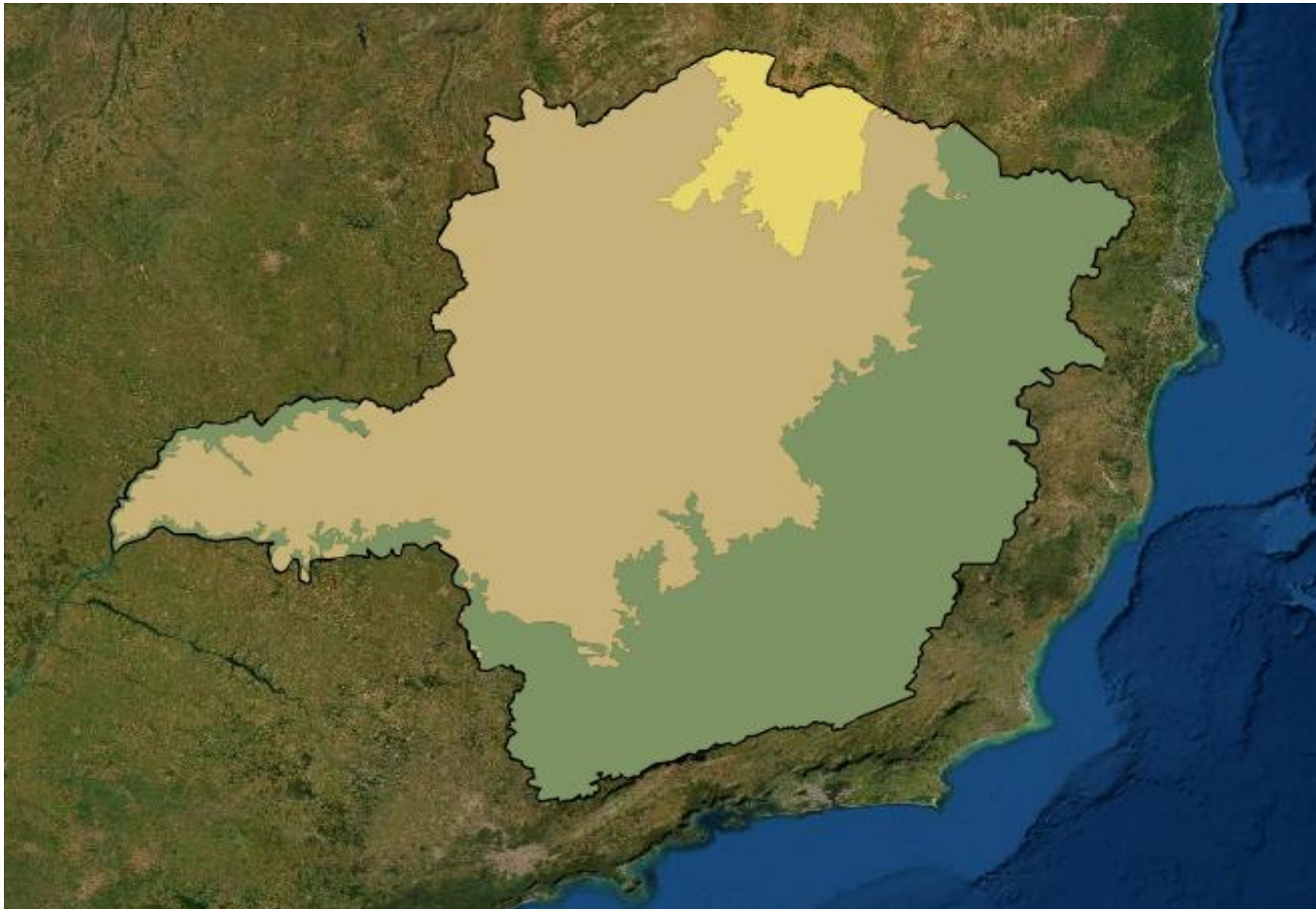
**§ 9º – As medidas de compensação previstas neste artigo não poderão ser utilizadas como forma de viabilizar a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo.”**





- Critérios colocados pela legislação:
  - Para imóveis que não tinham Reserva Legal de 20% averbada na data de 22/07/2008.
  - **A compensação é sempre para área não averbada.**
  - Para a Compensação da Reserva, é necessário que seja realizada dentro do mesmo Bioma e em áreas equivalentes.
  - É permitido compensar a área que falta para completar os 20%, ou os 20%, em caso de não haver Reserva Legal averbada.

- Para efeitos de DEFINIÇÃO de Bioma Mapa a ser utilizado é o do IBGE.



- É permitido o cômputo da Reserva Legal na APP para regularizar a área de Reserva Legal do imóvel.

*“Art. 35 – Será admitido o cômputo das APPs no cálculo do percentual da área de Reserva Legal a que se refere o caput do art. 25, desde que:*

*I – o benefício previsto neste artigo não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo;*

*II – a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação, conforme comprovação do proprietário ao órgão ambiental competente;*

*III – o proprietário ou possuidor tenha requerido inscrição do imóvel no CAR.*

*§ 1º – O regime de proteção da APP não se altera na hipótese prevista neste artigo.*

*§ 2º – O cômputo de que trata o caput deste artigo aplica-se às alternativas de regularização previstas no art. 38 desta Lei.”*

Art. 35 da Lei 20.922/13





- Não é possível compensar a Reserva Legal do Imóvel para suprimir área.
- Em caso de supressão de vegetação de mais de 80% da área do imóvel, mesmo que a área não seja demarcada, inevitavelmente houve intervenção em área de Reserva Legal, de modo que as providências devem ser tomadas como tal.

# RELOCAÇÃO DE RESERVA LEGAL

- O Art. 27, §1, da Lei 20.922/13 trata das hipóteses de Relocação da Reserva Legal.

*“Art. 27 – O proprietário ou o possuidor do imóvel rural poderá alterar a localização da área de Reserva Legal, mediante aprovação do órgão ambiental competente.”*

- A Relocação pode ocorrer quando a Reserva está averbada/aprovada no CAR.
- Há 2 hipóteses: dentro do próprio imóvel ou em outro imóvel.

# Relocação de Reserva DENTRO DO PRÓPRIO IMÓVEL

- Critérios colocados pela legislação:

Art. 27, §1º da lei 20.922/13

- Mesmo imóvel;
- A nova área proposta deve ter tipologia vegetacional, solo e recursos hídricos semelhantes ou em melhores condições ambientais que a área anterior;
- Deve estar claro quais são os critérios técnicos que garantam o ganho ambiental.



- A princípio, não existe impedimento para a relocação de Reserva Legal dentro do próprio imóvel, mesmo que tenha havido intervenção ambiental irregular, desde que os critérios trazidos pela legislação sejam obedecidos.
- O ganho ambiental, nesse caso, deve ser considerado em relação à área **antes da intervenção irregular**, para que não haja o risco do Requerente se beneficiar da conduta ilícita.

*“Art. 13 – A possibilidade de regularização, por meio da obtenção da autorização para intervenção ambiental corretiva, não desobriga o órgão ambiental de aplicar as sanções administrativas pela intervenção irregular.*

*Parágrafo único – O infrator deverá, em relação às sanções administrativas aplicadas, comprovar, alternativamente:*

***I – desistência voluntária de defesa ou recurso** apresentado pelo infrator junto ao órgão ambiental competente **e recolhimento do valor da multa aplicada no auto de infração;***

*II – conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente;*

***III – parcelamento dos débitos** devidos a título de multa aplicada em auto de infração;*

*IV – depósito do valor da multa em conta específica que, após o trânsito em julgado do auto de infração, será revertido ao Estado, caso a penalidade seja mantida.”*

Art. 13 do Decreto nº47.749/2019.



# Relocação de Reserva EM OUTRO IMÓVEL

- Hipóteses permitidas pela legislação:

Art. 27, §2º da lei 20.922/13

## **I- Utilidade Pública:**





*Art. 3º – Para os fins desta Lei, consideram-se:*

**I – de utilidade pública:**

- a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária;*
- b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, as instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;*
- c) as atividades e as obras de defesa civil;*
- d) as seguintes atividades, que comprovadamente proporcionem melhorias na proteção das funções ambientais em APPs:*
  - 1) desassoreamento de cursos d'água e de barramentos com vistas à minimização de eventos críticos hidrológicos adversos;*
  - 2) implantação de aceiros, na forma do inciso I do art. 65;*
  - 3) outras atividades, na forma do regulamento desta Lei;*
- e) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual;*

Art. 3º, I, da Lei 20.922/2013.



## II- Interesse Social:



*Art. 3º – Para os fins desta Lei, consideram-se:*

**II – de interesse social:**

- a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas;*
- b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área;*
- c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas rurais consolidadas e em ocupações antrópicas consolidadas em área urbana, observadas as condições estabelecidas nesta Lei;*  
*(Alínea declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais – autos nº 0450045-47.2016.8.13.0000. Publicado o dispositivo do acórdão em 22/9/2017. Trânsito em julgado em 25/10/2018.) (Alínea declarada inconstitucional nos autos da ADI 5675. Plenário, Sessão Virtual de 10/12/2021 a 17/12/2021. Publicado acórdão: Diário da Justiça Eletrônico, 25/1/2022. Trânsito em julgado: 9/2/2022.)*
- d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas de ocupação antrópica consolidada, observadas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009;*
- e) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos sejam partes integrantes e essenciais da atividade;*
- f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente;*
- g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água;*
- h) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual;*

Art. 3º, I, da Lei 20.922/2013.





**III- Se a área originalmente demarcada estiver desprovida de vegetação nativa e, na propriedade, não tiver sido constatada a presença de cobertura vegetal nativa em data anterior a 19 de junho de 2002.**

- Quando não for constatado o cumprimento do requisito legal, será determinada a recuperação da área originalmente demarcada.
- A princípio, não existe impedimentos para a relocação de Reserva Legal em outro imóvel mesmo que tenha havido intervenção ambiental irregular, desde que os critérios trazidos pela legislação sejam obedecidos.

# Obrigada!

*Thaís Penha Ferreira*

*Coordenadora NCP*

*Telefone: (37) 3229-2821*

*E-mail: [thais.ferreira@meioambiente.mg.gov.br](mailto:thais.ferreira@meioambiente.mg.gov.br)*

